

“tempos heróicos”, como a Revolução Francesa, e “não parece feita para os dias comuns”; justamente quando os dias da comum tranqüilidade política são perturbados por guerras e graves crises é que o homem comum é lembrado de que faz parte de uma comunidade, e é ele quem a constrói. Nada mais oportuno, pois, do que nós, brasileiros deste final de século — sobretudo os educadores — conhecermos o trabalho de Canivez. E que ele nos sirva como mais um dos subsídios para a construção da cidadania e do fortalecimento da sociedade civil de que tanto necessita o país nestes tempos em que as muletas sociais têm se quebrado com tanta facilidade.

Uma Educação para a Solidariedade

Sílvio Gallo*

JOMINI, Regina Célia Mazoni. *UMA EDUCAÇÃO PARA A SOLIDARIEDADE: Contribuição ao estudo das concepções e realizações educacionais dos anarquistas na República Velha*, Campinas, Pontes Editores/Editora da UNICAMP, 1990, 135 p.

Nos últimos dez anos, acompanhando o processo de redemocratização do país, o Anarquismo tem retomado seu lugar no imaginário popular, adormecido que estava pelos sucessivos anos de repressão. O conhecido símbolo ácrata — a letra “A” estilizada no interior de um círculo — tem aparecido nas pichações, nas jaquetas *punk* da juventude inconformada, nas letras de músicas de grupos do *pop rock* como os “Titãs” e os “Engenheiros do Hawaii” e mesmo nas camisetas e adesivos para automóveis. Logicamente, essa propaganda toda passa por uma pasteurização da mí-

dia, e muitos garotos que desenham o símbolo em seus cadernos na escola não fazem a menor idéia do seu significado. Por outro lado, esse renascimento do Anarquismo dá-se também em dois outros âmbitos: o da militância político-social e o acadêmico.

No primeiro deles, a década de 80 foi testemunha da criação ou retomada de diversos centros de cultura e militância libertários em diversas cidades, dos quais o mais importante, pelo aspecto histórico e pela amplitude de suas atividades é o Centro de Cultura Social, de São Paulo (fundado em 1933, reaberto em 1985). Já no âmbito acadêmico, a fênix do Anarquismo tem chocado seus ovos em diversas teses. Resultado dos esforços dos historiadores que se voltaram para o cotidiano da história operária, apareceram diversos estudos que retomaram a cultura libertária no meio operário brasileiro, sobretudo durante a República Velha. Ao mesmo tempo, começaram a ser editados ou reeditados entre nós alguns dos “clássicos” do Anarquismo — textos de Bakunin, Proudhon, Kropotkin e Malatesta, entre outros, que animaram os debates libertários no início do século.

Como a educação sempre ocupou um lugar central tanto na cultura quanto na militância política anarquistas — que, a rigor, não podem nem mesmo ser dissociadas —, estes trabalhos voltados para o resgate do teatro e da literatura ácratas acabaram por também falar em suas escolas. A primeira obra destinada exclusivamente ao estudo das escolas libertárias durante a Primeira República que vem a público é justamente a de Regina Jomini. Fora a inegável qualidade de seu texto, isto já seria suficiente para atestar sua importância.

Antes de adentrar às questões especificamente pedagógicas, a autora aborda questões de cunho mais geral, como a contextualização histórica do país e a teoria política libertária. No Capítulo I, o contex-

* Professor de Filosofia, é doutorando no Departamento de Filosofia e História da Educação na Faculdade de Educação da UNICAMP.

to histórico mostra a situação político-social do Brasil na República Velha, demonstrando as condições de vida e trabalho dos operários na indústria incipiente e suas formas de organização social e política; fecha o capítulo com as considerações gerais sobre a educação oficial — estatal e/ou confessional — dominante no período.

O capítulo II dedica-se a uma análise do Anarquismo enquanto filosofia política. A autora estuda suas correntes através da atuação dos militantes libertários na I Internacional, no intuito de compreender as referências à dicotomia entre anarco-comunistas e anarco-sindicalistas no movimento operário brasileiro, que analisa a seguir, juntamente com a atuação desses militantes no processo educacional.

É no Capítulo III que a autora debruça-se sobre a pedagogia libertária propriamente dita, relacionando as experiências brasileiras com experiências estrangeiras, como as de Paul Robin e Francisco Ferrer. A análise abre-se em quatro eixos: a) para que educar?; b) como educar?; c) como avaliar?; d) quem deve educar? quem deve ser educado? Respondendo a essas questões, a autora traça um amplo painel das experiências pedagógicas libertárias entre nós. A conclusão do estudo é que a educação anarquista é, antes de tudo, um aspecto da própria revolução social, da construção de um novo homem e de uma nova sociedade.

Segundo Regina Jomini, "...a educação desses homens exigia ainda, entre outras coisas:

"a) o conhecimento da História dos oprimidos. (...)

"b) o contato com as explicações científicas (não-religiosas) para os fenômenos da natureza. (...)

"c) o respeito ao ritmo de aprendizado do aluno. (...)

"d) uma avaliação condizente com o princípio da solidariedade ou apoio mútuo. (...)

"A meta final da educação era, portanto, a de colaborar na instalação da organização social pretendida pelos anarquistas. Uma sociedade cujos membros estariam voltados para a realização do bem-estar de todos. Essa procura, pelo bem-estar social, afloraria na comunidade autogovernada, pois os homens eram seres 'naturalmente sociais' (Woodcock, 1981:19) e procurariam viver em sociedade da melhor forma possível" (p.122).

Impossível não apontar o caráter revolucionário desta prática pedagógica que, no início do século, não só propunha como também realizava um ensino crítico da história, longe dos fatos heróicos dos vencedores, mas calcado no cotidiano dos despossuídos, uma educação científica que procurava desenvolver no aluno o gosto pelo conhecimento e pela pesquisa. Não seria absurdo afirmar que, após o sistema oficial de ensino ter perseguido ferrenhamente as humildes experiências pedagógicas libertárias — Flávio Luizetto analisa a perseguição e o fechamento da Escola Moderna nº 1 (São Paulo) pelas autoridades educacionais da época, em artigo publicado no número 24 da revista *Educação e Sociedade*, do CEDES —, continuamos até hoje no discurso da própria educação oficial, buscando como metas aquilo que os anarquistas já haviam logrado realizar, quase um século atrás, sem o concurso de impostos, verbas ou benesses do Estado; apenas com o trabalho e a solidariedade dos trabalhadores.

O cunho político-social da proposta educacional libertária é explícito: uma educação social e socializante, revolucionária, crítica e transformadora; *uma educação para a solidariedade*, como bem soube captar Regina.